



Filme “A Invenção da Infância”

Comentário por Ricardo Garcia

A Invenção da Infância é um documentário da autoria de Liliana Sulzbach editado no ano 2000. Neste filme é retratada a realidade das crianças do Brasil, colocando o enfoque na distinção dos quotidianos próprios das crianças de classes desfavorecidas comparativamente aos de crianças de classes abastadas, querendo difundir uma mensagem de crise da infância, a qual vem sendo substituída por práticas *adultizadas*.

O filme reporta-se pontualmente a alguns momentos históricos: o Renascimento, caracterizado pela explosão do conhecimento do mundo e pelas primeiras formas de representação das crianças, particularmente nas artes; o advento da imprensa escrita no séc. XV e as consequências no modo de transmissão intergeracional do conhecimento; o séc. XVIII e o reconhecimento cabal da criança enquanto ser dotado de especificidades e características distintivas do adulto; e o séc. XX, representado pelo advento da comunicação das massas. A partir destes marcos do desenvolvimento humano, estabelece paralelismos com a condição actual das crianças brasileiras.

O documentário começa por veicular o impacto da mortalidade infantil nas comunidades rurais do Brasil. Uma sucessão de mulheres refere ter perdido parte dos seus filhos, e o que ressalta destes testemunhos é uma certa relativização da importância da morte, fazendo parte inevitável do dia-a-dia destas comunidades. Poder-se-á questionar se esta percepção de uma certa inevitabilidade resultará de elevadas taxas de mortalidade. O Brasil ocupa o 97º lugar em termos de mortalidade infantil, com 23,33 mortes em cada 1.000 nascimentos, o que é significativo quando comparado com as 6,38 mortes em 1.000 nascimentos da União Europeia¹. Importa aqui questionar se não haverá grandes disparidades nas taxas de mortalidade regionais. Sousa et al.² referem que:

“(…) poorer municipalities had lower proportion of deliveries attended in health facilities and proportions of pregnant women covered by antenatal care than richer municipalities, the differences being attributed to lack of human resources, qualified personnel, and local health facilities.”

Esta afirmação subentende grandes disparidades regionais na prestação de cuidados de saúde gestacional e poderá ter como consequência cifras intra-nacionais de mortalidade muito superiores à média nacional brasileira.

A mortalidade e morbidade infantis são consequências directas da situação de pobreza em que as famílias vivem, tornando-as muito vulneráveis a enfermidades e deixando-as particularmente incapazes de fugirem à subnutrição. Por outro lado, de acordo com Sousa et al. (p. 1):

“(…) the poorest 20% of the population are less likely to be covered by effective interventions capable of preventing most maternal and child deaths than their wealthier counterparts.”

O que permite extrapolar que as dificuldades de acesso a cuidados médicos e de saúde oferecem um sério obstáculo à prossecução do Artigo 24 da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), segundo o qual:

¹ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>

² Sousa et al. (2010) *Sub-national assessment of inequality trends in neonatal and child mortality in Brazil*. International Journal for Equity in Health, 9:21.



“(...) os Estados Partes reconhecem à criança o direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos e de reeducação.”

Saliente-se também a alínea b) deste mesmo artigo, segundo a qual compete aos Estados:

“assegurar a assistência médica e os cuidados de saúde necessários a todas as crianças, enfatizando o desenvolvimento dos cuidados de saúde primários.”

As dificuldades no acesso a cuidados médicos terão inevitavelmente consequências, não só a nível de mortalidade e morbilidade, mas também na ausência de práticas de planeamento familiar, vigilância gestacional, perinatal e neonatal, intervenção precoce, desenvolvimento, nutrição e outras áreas essenciais à prevenção de tais fenómenos.

Parte significativa do documentário estabelece a distinção entre as crianças trabalhadoras dos meios rurais e as crianças dos meios urbanos com “agendas” sobreocupadas. O trabalho infantil nas regiões socialmente desfavorecidas é resultado directo da situação de pobreza e constitui um mecanismo incontornável de subsistência para as famílias rurais, facto expresso nas palavras de uma mãe que lamenta as mortes dos filhos que, se estivessem vivos, lhe poderiam proporcionar um apoio importante.

De acordo com Hesketh et al.³, a Organização Internacional do trabalho (OIT) define o trabalho infantil como:

“(...) all economic activities carried out by persons less than 15, regardless of their occupational status, except household work in parents/carers homes.”

Exclui portanto todas as tarefas domésticas não remuneradas do trabalho infantil. A OIT estima ainda que:

“There are approximately 250 million child laborers worldwide, with at least 120 million of them working under circumstances that have denied them a childhood and in conditions that jeopardize their health and even their lives.”⁴

No documentário *A Invenção da Infância* o trabalho retratado claramente não é doméstico, incidindo sobre a participação em actividades agrícolas - que as próprias crianças descrevem como perigosas e exigentes - e actividades ligadas à extracção de minérios em pedreiras. Por estas actividades as crianças entrevistadas revelam auferir uma remuneração. Importa salientar o critério etário, totalmente omissos na CDC, mas que a OIT estabelece nos 15 anos de idade, sendo que as crianças entrevistadas referem ter idades inferiores. Contudo, a CDC é particularmente clara quando estabelece no seu Artigo 32 que os Estados deverão proteger a criança (entendida como o cidadão com idade compreendida entre os 0 e os 18 anos) contra:

“A exploração económica ou a sujeição a trabalhos perigosos ou capazes de comprometer a sua educação, prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.”

Mas acaba por retrair-se quando deixa aos Estados a autonomia legislativa para a definição precisa do critério etário, o que dependerá sempre do quadro normativo nacional, logo, de uma construção social adveniente de todo um conjunto de costumes, tradições e valores morais.

Dos testemunhos colhidos ao longo do filme é possível estabelecer uma ligação entre a necessidade, a precariedade, a pobreza e o trabalho infantil. Importa salientar também que algumas das

³ Hesketh, T., Gamlin, J., Woodhead, M. (2006). *Policy in Child Labour*. Archives of Disease in Childhood; 91:721–723.

⁴ Em Roggero, P., Mangiaterra, V., Bustreo, F., Rosati, F. (2007). *The Health Impact of Child Labor in Developing Countries: Evidence From Cross-Country Data*. American Journal of Public Health, 97:271-275.



crianças entrevistadas afirmam trabalhar por opção. Com efeito, e de acordo com Bardin⁵, algumas crianças:

"(...) work by choice and consider work as a positive experience and an opportunity for extra money, or to please their parents."

Esta afirmação é questionável e não parece concorrer com um conhecimento mais profundo da realidade, do terreno onde se desenvolvem os trajectos e percursos individuais de vida. Uma reflexão mais aprofundada acerca das designadas opções levar-nos-ia a colocar em causa se tais escolhas não serão um resultado inevitável da falta de outras opções. Como afirmam Scanlon et al.⁶:

"(...) most children who work do so as a means of survival, and working children have been shown to contribute up to almost 90% of the family income. Poverty is central to the continuation of child labour (...)."

De resto uma das mensagens veiculadas no documentário, e que importa destacar, é a de que as mulheres entrevistadas referem um número significativo de gestações e de filhos, o que permite concluir tratarem-se de agregados familiares numerosos. E é um dado adquirido que:

*"As crianças pertencentes (...) a famílias numerosas têm tendência a estar mais expostas aos riscos de pobreza."*⁷

De acordo com a Organização Mundial de Saúde a pobreza é o fenómeno mundial que causa mais mortalidade, doenças e sofrimento. Encontra-se contemplada na Classificação Internacional das Doenças com o código Z59.5 – pobreza extrema⁸.

A relação entre pobreza e trabalho infantil é clara, tal como o é entre este e o desempenho escolar. Alguns dos meninos entrevistados passam o dia nas suas ocupações laborais, dedicando-se depois à frequência da escola. De acordo com Bezerra et al.⁹ (pág. 2) a frequência escolar aumentou no Brasil:

"(...) during the 1990s, school attendance increased, principally in primary school and for students aged 7 to 14. In 1992, 87 percent of the children aged 7 to 14 attended school. By 2005, this percentage reached 97 percent (...)."

Mas não foi acompanhada por uma evolução proporcional ao nível do desempenho académico, já que parece haver uma percentagem muito significativa de crianças que para além de frequentarem a escola, têm que dedicar-se ao trabalho¹⁰:

"A possible reason why Brazil continues to lag other countries in school achievement despite the increases in school attendance is that a high percentage of students work while they attend school. According to the 2003 PNAD data, of Brazilian children aged 7 to 15, 88.1 percent only study, 1.0 percent work and do not study, 8.4 percent combine work with study, and 2.6 percent neither work nor study."

⁵ Bardin, C. (2005) *Growing up too quickly: Children who lose out on their childhoods*. Paediatr Child Health, 10:264-268.

⁶ Scanlon, T., Prior, F., Lamarão, M., Lynch, M., Scanlon, F. (2002) *Child Labour - vast problem whose effects on children's health remain largely unstudied*. British Medical Journal, 325:401-403.

⁷ Comissão Europeia (2008). *Estudo temático sobre as medidas políticas relativas à pobreza infantil* (p. 3).

⁸ http://www.who.int/whr/1995/media_centre/executive_summary1/en/

⁹ Bezerra, M., Kassouf, A., Arends-Kuenning, M. (2009) *The Impact of Child Labor and School Quality on Academic Achievement in Brazil*. Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit.

¹⁰ Idem.



Está assim escancarada a via para a perpetuação das desigualdades entre as classes sociais, dado que a frequência do ensino, quando simultânea com a prossecução de actividades laborais desgastantes, origina um ciclo vicioso de desaproveitamento escolar.

“As famílias, submetidas às mais duras condições de vida, ao buscarem em estratégias como o trabalho das crianças a mitigação dos seus males, por um lado aprofundam a miséria em que vivem e, por outro, garantem a base para a reprodução do mesmo quadro.”¹¹

O trabalho parece assim constituir uma face contra natura de uma infância adulterada. O tempo que sobra para trabalhar mingua nos tempos de brincadeira. O desgaste do trabalho parece inibir as crianças de fazerem o que lhes seria mais natural:

“À debilitação da sua condição física acresce-se um estado de fadiga e falta de disposição (e tempo) para engajamento em outras actividades, déficit de atenção e de concentração e restrições às possibilidades de relações sociais. Em decorrência, as crianças ficam privadas de brincar, ou seja, de uma das actividades que mais contribuem para o desenvolvimento saudável de aspectos físicos, cognitivos e sociais.”

Do lado oposto do leque social são-nos apresentadas crianças que vêem os seus dias ocupados por uma miríade de actividades extracurriculares. Estas crianças referem cansaço decorrente de tantas ocupações, mas exprimem a mesma visão positiva da participação nessas actividades que as outras crianças trabalhadoras expressam relativamente às suas simbólicas remunerações. Apesar de substancialmente diferentes, há uma certa continuidade entre as situações destes dois grupos, especialmente se se colocar o enfoque no facto de que ambos parecem estar envolvidos numa malha de rotinas impeditiva da plena fruição da infância.

A tese da crise da infância, subjacente ao documentário em apreço, parece ganhar outro fôlego quando a criança abastada é desvendada no papel de espectador, consumindo indiscriminadamente conteúdos televisivos adultos sem mediação. De acordo com Belloni (pág. 73)¹² essa exposição constituiu já o alicerce para teorizações em torno do “desaparecimento da infância” avançadas designadamente por Neil Postman:

“Esse fenómeno fez aparecer a tese do “desaparecimento da infância” em decorrência da invasão dos mundos infantis pelos problemas e comportamentos dos adultos (...), que teria obnubilado as fronteiras entre o mundo dos adultos e o mundo infantil (...).”

Parece assim confirmada a tese da crise da infância quer seja pela exploração pelo trabalho, quer pela participação em múltiplas actividades traduzidas num sobreagendamento precoce do quotidiano e uma mistura entre os mundos adulto e infantil. Mas há correntes que afirmam que esta realidade não é indesejável, antes pelo contrário. Deixa-se à consideração do(a) leitor(a) uma posição interessante, não necessariamente subscrita pelo autor deste trabalho, cujo conteúdo se poderia – e deveria – escarpelizar, o que em parte já escapa ao propósito e limites desta exposição:

“A ficção universalizante da infância (...) encerra a reificação do conceito de ser criança, através de práticas histórica e culturalmente situadas, como, por exemplo, ser criança é ir para a escola, é brincar, é não ter responsabilidades, é não precisar trabalhar e assim por diante. (...) Os (...) países signatários desta Convenção [Convenção sobre os Direitos da Criança] se conformaram a uma visão de criança e de sociedade, passando por cima de situações culturais particulares que fazem da infância e dos valores a ela atribuídos algo diferente do que quer a visão dos países centrais.”¹³

¹¹ Campos, H., Francischini, R. (2003) *Trabalho Infantil Produtivo e Desenvolvimento Humano*. Psicologia em Estudo, Maringá, 8:119-129.

¹² Belloni, M. (2009) *O que é Sociologia da Infância*. Autores Associados. São Paulo.

¹³ Castro, L. (2002) *A infância e seus destinos no contemporâneo*. Psicologia em Revista, 11:47-58.